



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 15/03/17

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Gustavo

Neiva

para relatar.

Em 16/3/17

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

PROCESSO: AL 11991/2016
PROJETO DE LEI n. 26
AUTOR: WILSON NUNES BRANDÃO
RELATOR: DEPUTADO GUSTAVO NEIVA

I – RELATÓRIO.

Nos termos regimentais, veio a este Parlamentar o Projeto de Indicativo de Lei n. 26 de autoria do Deputado Wilson Nunes Brandão, que dispõe sobre a alteração do art. 68 da Lei 4.257/89, para acrescentar o §1º, no qual as multas por descumprimento das obrigações acessórias poderão ser reduzidas ou canceladas pelo órgão julgador administrativo, desde que fique comprovada a primariedade do contribuinte infrator e que as infrações tenham sido praticadas sem dolo, fraude ou simulação, e não impliquem em falta de recolhimento do imposto.

É O RELATÓRIO.

II- Do Parecer

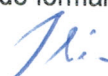
II.1 Da fundamentação.

A proposição em comento não invade a seara legislativa afeta a competência privativa do Governador insculpida no §2º do art. 75 da Constituição do Estado do Piauí.

Outrossim, atende a constitucionalidade material eis que guarda guarida como Princípio da Publicidade constante na Constituição Federal e Constituição Estadual.

II- Do voto do Relator

Assim, a sentir desta relatoria, o Projeto de Lei em tela goza de regimentalidade e tem perfeita sintonia com a constitucionalidade formal e material.



III- Voto da Comissão.

A Comissão de Constituição e Justiça, pela subscrição de seus membros, vota:

- () por unanimidade, pela aprovação do parecer;
- () por unanimidade, pela rejeição do voto do relator
- () por maioria , pela aprovação do parecer;
- () por maioria , pela rejeição do parecer.

abril de 2017.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, Teresina, 21 de


Deputado GUSTAVO NEIVA

